

PARTILHAR O MUNDO: CONSTRUIR UMA CIDADANIA PARTICIPATIVA¹

Eunice Macedo e Waldecíria Costa

APEM – Associação Portuguesa de Estudos
sobre as Mulheres

Resumo Este artigo, constituindo-se numa reflexão acerca do projecto que enraíza, centra-se na realidade portuguesa actual, tendo como preocupação central a subrepresentação das mulheres em posições de poder e autoridade, a diferentes níveis e em diferentes sectores, no contexto de um forte incremento das qualificações femininas.

Afirma-se que os espaços de decisão e poder têm ainda subjacentes os termos masculinos, o que torna a participação pouco atractiva para muitas mulheres, dificultando a sua assunção de uma cidadania plena. Reflecte-se, ainda, sobre conceptualizações de poder e sobre o modo como estas podem induzir formas particulares de exercício de poder na vida pública. Termina-se com uma abordagem ao projecto Partilhar o Mundo, fazendo a análise breve de alguns resultados.

Palavras-chave mulheres, poder, participação, presença, cidadania participativa.

Introdução

No presente trabalho, encara-se a subrepresentação das mulheres nos lugares de tomada de decisão como um problema que fere os princípios da igualdade democrática, da democracia representativa e da democracia participativa. Estes

¹ O Projecto Partilhar o Mundo: construir uma cidadania participativa está a ser desenvolvido pela APEM por se enquadrar num dos seus objectivos. É financiado e apoiado pelo POEFDS – Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Profissional; pelo Fundo Social Europeu, da União Europeia e pela CIDM – Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, ao abrigo da medida 4.4.3.1. Sistema de apoios técnicos e financeiros às ONG – Pequena Subvenção.

O projecto é coordenado por Helena Costa Araújo, Professora Catedrática, do Grupo das Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Presidente da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM); e por Conceição Nogueira, Professora Auxiliar, Departamento de Psicologia, Universidade do Minho, Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM). Faz também parte da equipa do projecto, Liliana Vieira – Técnica Oficial de Contas, responsável pela gestão contabilística e financeira.



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



PROGRAMA OPERACIONAL EMPREGO
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
(POEFDS)



COMISSÃO PARA A IGUALDADE
E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

estão, como é sabido, na base do tratado que estabelece uma Constituição para a Europa e que vem sendo, teoricamente, defendido pela maioria dos países democráticos. Mesmo partindo deste pressuposto, falar sobre a importância da participação paritária das mulheres nos lugares de tomada de decisão, implica discutir pelo menos duas perspectivas: uma, que faz da subrepresentação um problema que reflecte o exercício de uma cidadania ainda restrita por parte das mulheres, e outra, que minimiza esta questão.

O trabalho de Anne Phillips, *De uma política de ideias a uma política de presença* (2001) traz um importante contributo para este debate, embora se refira, apenas, à participação das mulheres na tomada de decisão no âmbito político-institucional. A autora discorre sobre o tema da exclusão política, contrapondo duas posições específicas: a percepção de que a chave da boa representação política está nos programas e nas ideias compartilhadas entre representantes e representados (*política de ideias*), sem qualquer referência à identidade das/os representantes e, por outro lado, a exigência da necessidade de presença física dos grupos excluídos nos locais de decisão (*política de presença*).

A política de ideias parte da compreensão, *amplamente secular da política*, de que as lealdades políticas se desenvolvem mais em torno de programas políticos do que de pessoas. Ou seja, de que não importa *quem* e sim *o que* está sendo tratado e decidido. Essa ideia, que se tem traduzido na prática corrente nas democracias representativas, não se tem coadunado com o sentimento de exclusão política amplamente sentido por grupos definidos pelo seu género, «raça» ou etnia. Estas reivindicações surgem, principalmente, nas últimas décadas do século XX, re-enquadrando os problemas da igualdade política. As mulheres querem falar por si, os grupos étnicos querem falar por si. Os grupos que se sentem marginalizados, silenciados ou excluídos querem estar também nas decisões, em todas as decisões e não apenas naquelas que lhes são atribuídas.

A *política de ideias*, quando supervaloriza os programas políticos como se estes respeitassem suficientemente as diferenças de pensamento e fossem representativos da sociedade, deixa lacunas a que se coloca a seguinte questão:

Pode conceber-se que os homens possam substituir as mulheres quando o que está em questão é a representação de políticas, programas ou ideais com os quais concordam. Mas como é que um homem pode substituir legitimamente uma mulher quando está em questão a representação das mulheres *per se*? (Phillips, 2001: 273)

A resposta a esta questão não é simples, requer discussões e um aprofundamento que não será possível realizar neste espaço. Porém, ao fazermos a defesa de uma política de presença, queremos com isso enfatizar que «antes de se saber se as mulheres são diferentes ou iguais, se fazem ou não diferença nas políticas e na liderança, elas têm de estar lá e de ter uma presença» (Projecto Partilhar o Mundo). Muitos debates acabaram por distrair a atenção da dificuldade real da cidadania das mulheres: o seu baixo nível de participação nas tomadas de

decisão. Ou por outras palavras, o seu baixo índice de cidadania activa. Defendemos, pois, com Iris Young (1990), que na democracia, o exercício do poder e da justiça deve facilitar o reconhecimento e representação efectivos das perspectivas dos diferentes grupos oprimidos e/ou sem privilégios. No entanto, a exclusão política dos vários grupos é facilmente perceptível, como temos vindo a verificar no decorrer do projecto sobre que se reflecte neste texto. Basta comparar, por exemplo, o número de mulheres e homens nos postos executivos dos governos e no topo das hierarquias de associações e sindicatos como mostraremos mais adiante.

Explicitando alguns conceitos

Nesta contingência, tomam-se as formulações da Plataforma de Acção de Pequim (1995) pelas quais se afirma que

o empowerment e a autonomia das mulheres e a melhoria do seu estatuto social, económico e político são fundamentais para a concretização da transparência e da responsabilização dos governos e da administração pública e para o desenvolvimento sustentável, em todas as esferas da vida. [e que] As relações de poder, que impedem as mulheres de se realizarem plenamente, funcionam a muitos níveis da sociedade, desde o mais pessoal ao mais público (Plataforma de Acção de Pequim, 1995, Capítulo G).

Assim, constituem-se como conceitos centrais para o desenvolvimento deste projecto:

- O conceito de assimetria de género – assumindo-se a existência de desigualdades entre mulheres e homens na ocupação dos espaços de decisão, sendo as mulheres sub-representadas face a uma situação social em que tradicionalmente se situou as mulheres no espaço privado, destinando-se aos homens o espaço público;
- O conceito de *empowerment* – entendido como resultado da tomada de consciência para o exercício interventivo da cidadania, tendente à assunção do poder;
- O conceito de participação – que se articula com a tomada de consciência das situações de desigualdade, a possibilidade de reflectir sobre elas para, finalmente, poder assumir a acção para a mudança, pelo exercício de uma cidadania activa;
- O conceito de poder – entendendo-se como lugares de poder aqueles que permitem o exercício da autoridade, responsabilidade e autonomia, que estudaremos ao nível das instituições.

Na trilha do conceito de poder

Nesta investigação, ao procurar compreender e explicitar as questões da liderança e da partilha dos processos de decisão entre mulheres e homens, em diferentes sectores da vida social, torna-se pertinente desconstruir para compreender as diferentes formas que o poder pode assumir, procurando analisar quer a sua natureza quer a rede multi-referencial a que está (e de que é) sujeito. Cabe assim questionar o que se entende por «poder» e quais os pressupostos que lhe dão corpo, entendendo que estes poderão contribuir para a ampliação, reforço e legitimação de um «ortopedismo social» (Ardoino, 1992) em que as desigualdades de género surgem como naturalizadas ou invisibilizadas em consequência da *desgenderização* das relações de poder patentes nas relações sociais. Segundo Foucault,

o poder tem que ser entendido na 1.ª instância como a multiplicidade de relações de força que imanam da esfera na qual operam e que constitui a sua própria organização; como o processo que, através de lutas e confrontações incessantes, transforma, fortalece, ou as reverte; ou, pelo contrário, [como] as disjunções e contradições que as isolam umas das outras; e finalmente, como as estratégias com que fazem efeito (Foucault, 1979: 92-93).

No seu trabalho, Foucault desloca a relação entre o poder e o conhecimento da mera articulação com o Estado para fazer uma análise em termos da micro-política das relações de poder em contexto, da qual infere a existência de uma relação forte entre os sistemas de conhecimento, ou seja, os discursos. Desse modo,

(...) sugere que para compreender o sentido e funcionamento do poder na sociedade moderna temos de olhar para além do modelo do poder como «soberania», uma relação diádica de dominante e dominado, e, em vez disso, analisar o exercício do poder como o efeito de práticas liberais e «humanas» de educação, administração burocrática, produção e distribuição de bens de consumo, medicina, etc. (Young, 1990: 42)

Os contributos de Foucault permitem pensar «(...) que a identidade é construída no próprio gesto que a posiciona como o ponto de ancoragem para certas práticas sociais e discursivas» (Braidotti, 1998: 59-60). Consequentemente, existe uma forte inter-relação entre a estrutura da identidade e as práticas sociais e simbólicas de conhecimento e poder, em que o conhecimento, em si, é também entendido como poder (ibid.). Deste modo, a ênfase dada por este autor à micro-política do poder, permitindo dar realce às relações de poder localizadas, parece poder ocultar as desigualdades estruturais do sistema e contribuir para a diluição, aparente, das bases institucionais do poder, ou seja, pode invisibilizar as

grandes desigualdades ao nível macro-estrutural. Na perspectiva de algumas feministas, apesar dos seus esforços «(...) para dar conta do poder, e precisamente, dada a sua perspectiva como colonizador (...), as relações de poder sistemáticas efectivamente desaparecem no seu trabalho. (...) [pois] a dominação vista de cima tem mais probabilidade de ser vista como equidade» (Hartsock, 1990: 168).

Nesta perspectiva, argumenta-se que a visão de Foucault, como outras pós-estruturalistas, não parece permitir compreender o poder, numa perspectiva feminista, pois toma suporte em «ontologias e epistemologias divergentes» (ibid.) a partir de um posto de observação ligado ele mesmo ao poder institucional e que não tem por isso a capacidade de tomar o olhar das e dos que têm sido subordinados, equacionando não só as diferentes formas de subordinação das mulheres e de outros grupos minoritários, em termos de poder, mas também o seu potencial para a conquista e o exercício de outras formas de poder ligadas ao *empowerment* das mulheres (Hartsock, 1990).

Contrariando esta posição, outras abordagens valorizam os contributos de Foucault, argumentando em favor da sua análise do poder, mesmo em termos das estruturas de poder mais globais (Allen, 1999).

Na linha de autores/as como Connell (1995), entende-se então, que do modo que o poder vigente surge organizado, o estado é ainda uma instituição masculinizada,

(...) as práticas organizacionais do estado estão organizadas em relação com a arena produtiva. A maior parte das personalidades do topo são homens porque há uma configuração de género no recrutamento e na promoção, uma configuração de género da divisão interna do trabalho e dos sistemas de controlo, uma configuração de género na concepção política, nas rotinas práticas e nas formas de mobilizar o prazer e o consentimento (ibid.: 73).

Este poder tem sido exercido a um nível material, em ambos os lados e através da divisão público-privado, pelo controlo sobre o acesso ao leque de direitos de cidadania. Michelle Zimbalist Rosaldo e outras reiteram que a separação entre a esfera doméstica e a pública é comum às sociedades conhecidas, sendo a primeira associada às mulheres e a segunda aos homens, como é sabido. Mesmo quando as mulheres possuem poder, este é sempre tido como ilegítimo, perturbador e sem autoridade (Fraser e Nicholson, 1990). A demarcação genderizada das esferas pública e privada tem subscrito o viés masculino no coração da cidadania em termos tradicionais, sendo também exercida discursivamente (Lister, 1997).

Parece fazer sentido afirmar que

sendo efectivamente verdade que as teorias modernas do estado simplesmente não «vêem» as mulheres, é igualmente verdade que, de outra forma, o sujeito masculino destas teorias reclama para si próprio uma valência universal, que lhe permite ultrapassar a finitude e particularidade do seu sexo e o transforma no paradigma da

humanidade, como tal. Esta generalização do masculino num ser neutral ou universal é muito antiga; no entanto a capacidade de racionalização abstraccionista da teoria moderna trá-la à sua máxima realização (Cavarero, 1992: 36).

Sabendo-se que «a classe, raça e género dominantes estruturam activamente as relações sociais-materiais nas quais todas as partes são forçadas a participar; a sua visão, por isso, não pode ser abandonada simplesmente como falsa ou mal orientada» (Hartsock, 1990: 172). Como refere Munn-Giddings (1998), a construção e decisão sobre o que é político reforça a importância da presença das mulheres nas estruturas políticas formais e à necessidade de as desafiar do exterior, particularmente na construção de um conhecimento de base para contestar as dicotomias estabelecidas. Entendendo a existência de uma interdependência entre as actividades formais e informais, desenvolver uma noção de cidadania que combine a perspectiva de *empowerment* no *interior* e no *exterior* das instituições e organizações políticas é o desafio fundamental. Emerge, assim, a necessidade de ter em conta questões, usualmente pensadas como não-políticas e privadas, já que a sua despolitização e privatização faz parte da forma como se tem construído e reproduzido a opressão das mulheres, ao longo da história.

Na mesma linha, Nancy Hartsock (1990) reitera que em termos da articulação entre poder e género, o primeiro está associado com o macho e a masculinidade, ou seja, no contexto de uma identidade de género masculina que se oculta sob uma capa de poder de género neutro. Sabe-se que a estrutura teórica do sistema moderno de poder ignora as diferenças de género, absorvendo-as num paradigma abstracto do indivíduo, que é percebido como masculino e universal (Cavarero, 1992).

Torna-se, pois, fundamental ultrapassar a ideia do universal masculino que serve à manutenção do poder hegemónico (Lister, 1997), sendo para isso necessário abandonar qualquer conceito totalizador de universal e tirar-lhe o seu peso fundador. Impõe-se, desse modo, a criação de novos princípios fundadores a partir da desconstrução, re-significação, re-utilização e re-direccionamento urgentes de determinados conceitos:

- O conceito de universal – que serve à manutenção do poder hegemónico de género – o qual «(...) impõe uma dualidade e uma uniformidade nos corpos no sentido de manter a sexualidade reprodutiva como ordem compulsiva» (Lister, 1997: 52);
- de matéria ou de corpo – que surge como instrumento de poder repressivo;
- de mulher – como categoria de identidade normativa, imobilizada em termos de subordinação e causadora de exclusão;
- de agência feminina – como prerrogativa política;
- e de sujeito – categoria que é constituída «(...) através da exclusão e da diferenciação (...) que distinguem o sujeito do exterior que o constrói, um domínio de alteridade objecta associado normalmente ao feminino» (ibid.: 46).

Deste modo,

(...) os esforços para mudar o estatuto subordinado das mulheres requerem que se tenha em consideração a natureza do poder. No sentido de mudar as relações de dominação que estruturam a sociedade e definem a nossa subordinação, temos que compreender como o poder funciona, e por isso necessitamos de uma teoria de poder que se possa usar (Hartsock, 1990: 157).

Entende-se, assim, que existem relações de poder diferencial entre mulheres e homens de tal modo que a participação das mulheres na vida pública tem correspondido ao desbravar de um território tradicionalmente masculino e traçado em termos masculinos, no qual a sua inclusão envolve aspectos complexos como a necessidade de libertação do seu estatuto como «outro», a sua des-sexualização e a sua des-familiarização, que as remeteram para o mundo privado, como explicita Lister (1997), numa interessante abordagem às questões da cidadania.

Torna-se assim fundamental incrementar a representação das mulheres nas estruturas formais do poder e tornar essas estruturas mais inclusivas e flexíveis, diluir a tradicional estratificação entre público e privado e desenvolver estratégias de relacionamento com o estado que promovam a assunção do conceito de poder de forma mais ampla, incluindo a participação das mulheres nas estruturas não formais e na família, tida como forma de poder do quotidiano, do «poder como auto-realização» (Lister, 1997). Assim, no dizer de Lister, uma proposta feminista de poder desvia o enfoque do «poder como dominação» pelo qual os estados-nação e os grupos dominantes excluem do exercício da cidadania os «estrangeiros» e os grupos subordinados do «interior» para promover o «poder como auto-realização».

Desse modo, «o desafio para uma teoria e uma práxis feministas de cidadania é contestar este poder, tanto nas suas manifestações materiais como discursivas, em nome das reclamações de cidadania das mulheres na sua diversidade tanto ao nível nacional como internacional» (Lister, 1997: 204). Há pois que questionar e combater a expressão social e legal desse poder já que «apesar de muitas reformas legais recentes e de mudanças mais alargadas na posição social das mulheres, ainda não temos a mesma posição social dos homens» (Pateman, 1994: 6). Assim sendo, tendo em conta os fortes graus de desigualdade, discriminação e segregação ao nível macro-social e reconhecendo «a dificuldade de criar alternativas» (Hartsock, 1990),

(...) a luta pela não discriminação passa para o campo das subjectividades interindividuais, para a gestão pessoal das relações e dos afectos. (...) o poder [concebe-se] (...) agora como descentrado, complexo, multimodal e multifocal, as reivindicações feministas deixam de se focalizar no Estado para se dirigirem cada vez mais para as relações a nível micro-social, no face-a-face dos indivíduos com outros indivíduos e com as instituições. (...) impõe, que se organizem grupos em torno de problemas e objectivos concretos e limitados. Estes grupos podem transformar-se em grupos de

pressão na opinião pública, nas instituições públicas ou privadas implicadas na resolução do problema (...) criam redes de pertença social, e ainda que se façam e desfaçam à medida dos ritmos da mudança social, podem potencializar energias para finalidades socialmente úteis (Ferreira, 1988: 102).

Parece então fazer sentido a reivindicação de teorias de poder mais inclusivas, que abranjam tanto as mulheres como outros grupos oprimidos, que façam apelo à mudança e à participação no sentido de alterar as relações de poder.

Do Projecto

Feito este breve enquadramento teórico, passamos a uma curta descrição do trabalho desenvolvido.

No projecto, em que se argumenta que o maior acesso, e sucesso, das mulheres ao ensino superior não corresponde a uma partilha mais equilibrada de posições de tomada de decisão e de exercício de poder político entre mulheres e homens, e no intuito de contextualizar a situação de desigualdade entre mulheres e homens na participação e no exercício de poder, faz-se a imersão em hierarquias de sectores institucionais como o governo, administração pública, alguns sectores das actividades económicas e associações, ordens profissionais e sindicatos, cujos dados serão conglomerados numa base de dados a ser introduzida na Internet.

Procura-se, ainda, colaborar para alterar esta situação desigual, através da realização de sessões de sensibilização com estudantes do ensino superior, e pessoas dos sectores estudados, abrindo espaços de reflexão sobre esta temática, que consideramos imprescindíveis para a ampliação da cidadania de mulheres e homens. Nestas, traz-se ao debate a assimetria da posição das mulheres na liderança e na tomada de decisão, as desigualdades, a existência de sexismo e discriminação; procurando implementar, por outro lado, uma cultura de participação das mulheres na liderança e a partilha plena do mundo na esfera pública e privada que se interpenetram e necessitam também de re-significação. Enfatiza-se, simultaneamente, que as desigualdades de género são atravessadas e atravessam de modo transversal outras dimensões de desigualdade social como a etnia, a cultura, a classe, a deficiência...

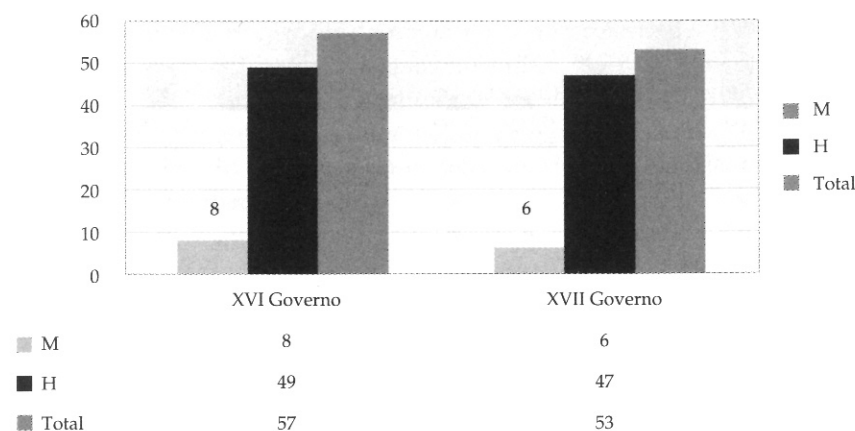
Este projecto é desenvolvido segundo um conjunto de acções complementares de pesquisa, diagnóstico e sensibilização, culminando na organização de um Seminário Internacional «Partilhar o Mundo: construir uma cidadania participativa – As mulheres e a partilha dos processos de decisão».

Utilizam-se estratégias metodológicas complementares de pesquisa e diagnóstico que se articulam com estratégias de comunicação dialógicas, promotoras do debate e da discussão argumentada dos problemas citados. Faz-se a sistematização de conhecimentos já produzidos sobre partilha mais justa de processos de

decisão entre mulheres e homens, bem como a análise dos números relativos à posição das mulheres nos cargos de liderança e de decisão, em diferentes sectores da vida social.

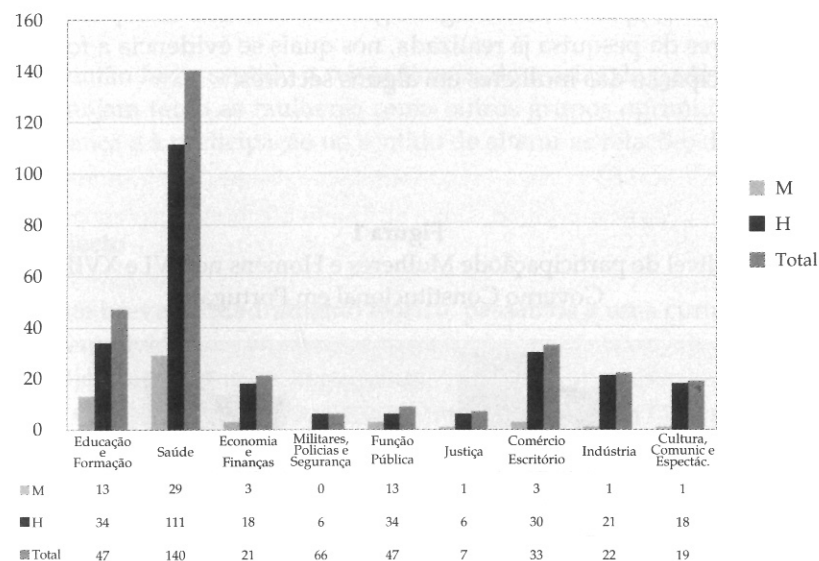
Para concluir, apresentamos alguns gráficos com que se explicitam os resultados parcelares da pesquisa já realizada, nos quais se evidencia a forte desigualdade de participação das mulheres em alguns sectores.

Figura 1
Nível de participação de Mulheres e Homens no XVI e XVII Governo Constitucional em Portugal



A figura 1 mostra os dados relativos à participação das mulheres e dos homens como 1.º Ministro/a, Ministros/as e Secretários/as de Estado no XVI (2004-2005) e XVII (2006-actual) Governos Constitucionais. No XVI, de um total de 57 cargos, apenas 8 (14%) são ocupados por mulheres. No XVII, o percentual de participação feminina diminuiu. De um total de 53 cargos, apenas 6 são ocupados por mulheres, deixando clara a subrepresentação destas nos lugares de tomada de decisão no sector governamental.

Figura 2
Participação de Mulheres e Homens no topo das hierarquias de Associações e Sindicatos



A Figura 2, que apresenta dados parcelares de alguns sectores de actividade, permite ilustrar a forte desigualdade na participação em lugares de topo de Associações, Federações, Ordens e Sindicatos de diversos sectores.

Na área de saúde, aquela em que foi possível detectar um maior número de organizações, a percentagem de mulheres é apenas de 20,7% enquanto os homens ocupam 79,3%; na área da educação, que também possui diversas organizações, a percentagem de mulheres é de 27,7% e a dos homens atinge 72,3%. Note-se que se trata de duas áreas em que a presença feminina é profundamente marcante. Na área de comércio e escritórios, a percentagem de mulheres é um pouco superior a 9%, enquanto a percentagem de homens é de cerca de 91%. Já na área que se designa por «militares, policiais e segurança» a participação das mulheres nos cargos de tomada de decisão é nula, ocupando os homens a totalidade dos cargos detectados.

Para concluir

Gostaríamos de salientar o carácter, ainda, embrionário do trabalho que estamos a realizar, de que resulta uma visão ainda parcelar sobre a subrepresentação das mulheres nos lugares de poder e de tomada de decisão. No entanto, a pesquisa já desenvolvida nos diferentes sectores veio ilustrar, pelo fraco nível de

participação das mulheres já detectado, a existência efectiva de um baixíssimo nível de participação. Isto obriga, necessariamente, a questionar as razões que (in)formam essa fraca representação. Pretendendo evitar os erros comuns de responsabilização das mulheres pelas estruturas sociais que as condicionam e fazendo a ruptura com a naturalização das desigualdades de género que têm vindo a (en)formar o social, destacamos como razões fundamentais o excesso de actividades decorrentes das responsabilidades familiares e domésticas e a adesão acrítica a modelos veiculados pelos vários agentes de socialização. Estas surgem associadas à representação social dos modelos masculino e feminino (sendo sustentadas em crenças estereotipadas que atribuem aos homens o espaço produtivo e às mulheres o espaço reprodutivo), à ausência de infra-estruturas de apoio à família e à existência de uma organização social que não prevê o exercício pelas mulheres do direito de participação na vida pública e política.

Face à análise com que fundamentamos este projecto e à figuração da realidade que aqui apresentamos, parece fazer sentido, e ser urgente, tanto o trabalho de pesquisa, nesta área – tradicionalmente considerada como menor – como o trabalho de intervenção directa com as populações, que lhe dá continuidade, no sentido da partilha do mundo e da construção de uma cidadania participativa, também para as mulheres.

Referências Bibliográficas

- Allen, Amy (1999), *The Power of Feminist Theory: domination, resistance, solidarity*, USA, Westview Press.
- Ardoino, Jacques (1992), *L'Implication*, Lyon, Vois Livres, Março.
- Braidotti, Rosi (1998), «Gender and the Contested notion of European Citizenship», in Virgínia Ferreira; Teresa Tavares; Sílvia Portugal (orgs.), *Shifting Bonds, Shifting Bounds: Women; Mobility and Citizenship in Europe*, Oeiras, Celta.
- Cavarero, Adriana (1992), «Equality and Sexual Difference: amnesia in political thought», in Gisela Bock e Susan James *Beyond Equality and Difference: citizenship, feminist politics, female subjectivity*, London and New York, Routledge, pp. 32-45.
- Connell, Robert. (1995), *Masculinities*, Cambridge UK, Polity Press.
- Ferreira, Virgínia. (1988), «Feminismo e Pós-Modernidade», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 24. Março, 1988, pp. 93-106.
- Foucault, Michel (1979), *The History of Sexuality*, London, Penguin Press.
- Fraser, Nancy e Nicholson, Linda (1990), «Social Criticism Without Philosophy: an encounter between Feminism and Postmodernism», in Linda Nicholson (org.). *Feminism/Postmodernism*, New York, Routledge, pp. 19-38.
- Hartsock, Nancy (1990), «Foucault on Power: a theory for women?», in *Feminism/Postmodernism*, New York and London, Routledge, pp. 157-172.
- Lister, Ruth (1997), *Citizenship – Feminist Perspectives*, New York, New York University Press.
- Munn-Giddings, Carol (1998), «Self-Help/Mutual aid, gender and citizenship», in Virgínia Ferreira; Teresa Tavares; Sílvia Portugal (orgs.), *Shifting Bonds, Shifting Bounds: Women; Mobility and Citizenship in Europe*, Oeiras, Celta, pp. 89-93.
- Pateman, Carole (1994), *The Sexual Contract*, Oxford, Polity Press.

Phillips, Anne (2001), «De uma política de ideias a uma política de presença?», *Revista de Estudos Feministas*, vol. 9, n.º 1.

Plataforma de Acção de Pequim, 1995, Capítulo G – «As Mulheres no Poder e na Tomada de Decisão».

Young, Iris Marion (1990), *Justice and the politics of difference*, Princeton, Princeton University Press.

Abstract

Sharing the World: building participative citizenship

This project is centred on current Portuguese realities and focuses on women representation in decision-making positions at different levels and in different sectors of society. Its main concern is women's sub-representation in power positions, within contexts where female qualifications are already quite significant. It is argued that the fact that such decision-making and power positions are permeated with male terms makes participation less attractive for many women and that the assumption of full citizenship turns difficult. Reflection is made about a variety of ways in which power can be conceptualised and about the way it can lead to particular ways of exercising power within public life.

A brief analysis of some results of the project «Sharing the World» concludes this work.

Key words women, power, participation, presence, participative citizenship.

Résumé

Partager le Monde: construire une citoyenneté participative

Cet article se constitue comme une réflexion sur un projet concernant la réalité portugaise actuelle. Sa préoccupation centrale est la sub-représentation des femmes en positions de pouvoir et autorité, à différents niveaux et à différents secteurs, dans le contexte d'un incrément des qualifications des femmes. On affirme que les espaces de décision et pouvoir sont toujours masculins, devenant la participation des femmes peu d'attractif, avec une difficile affirmation d'une citoyenneté complète. On réfléchit, aussi, sur conceptualisations de pouvoir e la façon dont ils peuvent induire formes spécifiques d'exercice de pouvoir dans la vie publique.

On termine avec une approche au Project Partager le Monde, avec une analyse de quelques résultats.

Mots-clés femmes, pouvoir, participation, présence, citoyenneté participative.

Eunice Macedo é professora e Mestre em Educação, Género e Cidadania, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Actualmente é Técnica de Investigação da APEM. É autora de algumas obras e membro da Direcção do Instituto Paulo Freire de Portugal.

Waldecíria Costa é Psicóloga, Doutoranda em Ciências da Educação, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Actualmente é Técnica de Investigação da APEM

Artigo recebido em Janeiro de 2005 e aceite para publicação em Junho de 2005.